

CAMINHOS DA POLÍTICA MOÇAMBICANA: DESAFIOS E CONQUISTAS EM 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

PATHS OF MOZAMBICAN POLITICS: CHALLENGES AND ACHIEVEMENTS IN 50 YEARS OF INDEPENDENCE

Domingos Arcanjo António Nhampinga

Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia. É docente efectivo da Universidade Púnguè, Extensão de Tete

daanhampinga@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9656-2216>

1

RESUMO

Este artigo analisa a percepção dos cidadãos sobre os desafios e conquistas na trajetória política de Moçambique, focando-se na eficácia desses desafios e mudanças para o desenvolvimento sociopolítico, económico e o bem-estar da população. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário predominantemente com perguntas em escala Likert de cinco níveis de concordância, respondido por 82 cidadãos moçambicanos de várias províncias do país. A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas descritivas, análise factorial e testes inferenciais (t e qui-quadrado). Os resultados indicam que as políticas públicas não têm estado a contribuir, significativamente, para o desenvolvimento do país e, que essa percepção cidadã é fortemente influenciada pela questão do emprego. O estudo conclui que é necessária uma nova ruptura na política democrática moçambicana para o fortalecimento das instituições e promoção da transparência na gestão pública, enfrentando a corrupção e desigualdades sociais para garantir um futuro estável e próspero.

Palavras-chave: Moçambique. Desafios e conquistas políticas. Gestão pública. Percepção cidadã.

ABSTRACT

This article examines citizens' perceptions of the challenges and achievements in Mozambique's political trajectory, focusing on the effectiveness of these challenges and changes for socio-political and economic development, as well as the well-being of the population. The research adopted a quantitative approach, using a questionnaire predominantly featuring Likert scale questions with five levels of agreement, answered by 82 Mozambican citizens from various provinces of the country. Data analysis was conducted through descriptive techniques, factor analysis, and inferential tests (t-tests and chi-square). The results indicate that public policies have not significantly contributed to the country's development, and that this citizen perception is strongly influenced by employment issues. The study concludes that a new rupture in Mozambican democratic politics is necessary to strengthen institutions and promote transparency in public management, addressing corruption and social inequalities to ensure a stable and prosperous future.

Keywords: Mozambique. Political challenges and achievements. Public management. Citizen perception.

INTRODUÇÃO

Moçambique, um país situado na costa sudeste da África, celebra, em 2025, o cinquentenário de sua independência, um marco que não apenas simboliza a libertação do colonialismo português em 25 de junho de 1975, mas também representa um período de transformações significativas no âmbito político, económico e social. Desde a conquista da independência, a política moçambicana tem enfrentado diversos desafios e atingindo importantes conquistas que moldaram a identidade nacional e o papel do país no contexto africano e global. Ao nos aproximarmos desses 50 anos, é

crucial reflectir sobre a trajetória política de Moçambique, que tem sido conduzida pela mesma linha partidária, para compreendermos as dinâmicas actuais e as perspectivas futuras do país.

A independência de Moçambique foi impulsionada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento popular, que se destacou como o principal protagonista na resistência ao colonialismo português. Este movimento foi fundado em 1962 e decorre da fusão de três grupos políticos anticoloniais, como a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) (Brito, 2019).

É preciso frisar que a luta pela independência não apenas resultou no desmembramento político-administrativo do país, mas também trouxe, à tona, a conscientização política e a educação como ferramentas fundamentais para a emancipação dos povos oprimidos. Aliás, como destacou Cabral (1973), a luta pela liberdade é uma luta pela educação, sublinhando a importância do conhecimento na transformação social. Nesse contexto, além de liderar a luta armada, a FRELIMO, desde sua fundação até a proclamação da independência, assim como nas governações posteriores, comprometeu-se e geriu o país sob os princípios do paradigma político socialista, buscando promover uma profunda transformação da sociedade moçambicana. Isso incluiu a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento económico sustentável, a inclusão social, a distribuição equitativa das riquezas e a emancipação do povo moçambicano. Ou por outra, a obra “The Struggle for Mozambique”, de Eduardo Chivambo Mondlane, corrobora essa linha de acção ao afirmar que a verdadeira libertação vai além da conquista política e abrange a justiça social e económica. Mondlane (1969) defendia que “a luta pela liberdade é também uma luta pela dignidade do povo”, e seu legado moldou significativamente as políticas pós-independência de Moçambique. Isso se traduziu em reformas sociais e na busca por uma identidade nacional coesa, mesmo diante dos desafios económicos e da guerra civil subsequente.

No entanto, a transição para um governo independente trouxe desafios imensos. A guerra civil, que se seguiu à independência, entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), alimentada por factores ideológicos, descontentamento social generalizado em relação a gestão governamental da FRELIMO e intervenções externas (Minter, 1994), resultou em devastação e desestabilização, levando a um colapso económico e social durante os anos 80. Como sustenta Silva T. M. da C.,

“as crises económicas sucessivas e os processos de transição que marcaram Moçambique entre 1974/75 e 1999 geraram custos sociais significativos, que se reflectiram na qualidade de vida das populações. A necessidade de reduzir os níveis de consumo para os adaptar à realidade económica do país e a incapacidade e impossibilidade do Estado garantir o bem estar social, dificultou a criação de um sistema que minimizasse os efeitos sociais negativos das reformas económicas, elevando os níveis de pobreza e o crescimento da exclusão, da reivindicação e da violência” (Silva T. M. da C., 2004).

Frantz Fanon (1963), em sua obra “Os Condenados da Terra”, argumenta que as lutas anticoloniais frequentemente resultam em novas formas de opressão que deveriam ser desafiadas. Essa perspectiva é relevante para entender como as promessas de liberdade em Moçambique foram dificultadas por conflitos internos.

Portanto, a guerra civil, que durou 16 anos e foi até 1992, teve um impacto profundo na política do país. De acordo com Hanlon (2004), o conflito não apenas destruiu infraestrutura vital, mas também gerou uma desconfiança generalizada nas instituições governamentais. O Acordo Geral de Paz de 1992 foi um marco importante, pois trouxe uma nova esperança ao país, estabelecendo as bases para o processo democrático. No entanto, o caminho para a consolidação da democracia foi repleto de obstáculos. A transição para um regime democrático exigiu reformas políticas significativas e a criação de instituições que pudessem garantir eleições livres, justas e transparentes.

A realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 marcou o início de um novo capítulo na história política de Moçambique, simbolizando a transição para um regime democrático e pluralista. Esse momento foi acompanhado por um crescimento económico considerável, impulsionado por investimentos estrangeiros e políticas de liberalização económica que abriram as portas para novas oportunidades de desenvolvimento. No entanto, conforme destacado por Minter (2013a, 2013b), esse crescimento robusto não se traduziu em uma distribuição equitativa da riqueza, resultando em profundas disparidades socioeconómicas que persistem como um desafio significativo ao longo dos 50 anos de governação do país.

Pensa-se que, nesse período após as primárias eleições de 1994, a riqueza em Moçambique tendia a se concentrar nas elites políticas dominantes, construindo-se uma situação de “colonialismo interno”, relegando-se ao segundo plano o povo, considerando como “verdadeiro e único patrão¹ a quem se deve os resultados da governação” Nyusi (2015), exacerbando as desigualdades sociais e limitando o acesso da população aos recursos essenciais. Essa concentração de riqueza não apenas alimentou a corrupção endémica, mas também minou a confiança pública nas instituições governamentais.

Como argumenta Silva J. (2020), “a desigualdade económica em Moçambique não é apenas uma questão de distribuição de recursos, mas também reflete relações de poder que privilegiam uma minoria à custa da maioria”. Ou melhor, neste ciclo governativo de 50 anos, sobretudo, no período após 1994, da então “reconstrução de uma nova sociedade” Silva T. M da C. (2004), a percepção de que a alocação inadequada de recursos essenciais para garantir condições mínimas de vida à população tem exacerbado as desigualdades sociais e económicas em Moçambique e tem resultado em convulsões sociais, descredibilização do governo e crescente insatisfação popular.

“A satisfação é entendida como uma atitude que se traduz numa avaliação positiva ou negativa que um indivíduo faz sobre um determinado aspecto de um serviço” (Esperidião; Trad, 2006, p. 1269). Esperidião e Trad (2006) esclarecem que os indivíduos podem sentir satisfação independentemente da qualidade dos serviços prestados, enquanto a insatisfação tende a emergir em situações de forte

¹ Frases emblemáticas que expressam a empatia por parte da liderança em relação ao povo, mas que não se traduziram, ao longo dos 50 anos de governo da FRELIMO, em uma efectiva inclusão socioeconómica no país. Exemplos dessa retórica incluem:

- “O poder pertence ao povo, foi conquistado pelo povo e deve ser exercido e defendido pelo povo” (Machel, 1974, p. 6).
- “Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder” (Machel, 1979).
- “A soberania reside no povo” (Constituição da República de Moçambique, 2004, p. 543).
- “O povo é o nosso e único patrão e a quem devemos os resultados da governação” (Nyusi, 2015).

Essas declarações refletem uma visão idealista que, embora inspiradora, não se concretizou na prática, evidenciando a desconexão entre a retórica política e a realidade socioeconómica enfrentada pela população moçambicana.

descontentamento, caracterizando-se por uma avaliação extremamente negativa. À luz dessas premissas conceituais, a satisfação popular ou cidadã pode ser entendida como a avaliação positiva que os cidadãos fazem em relação às ações e políticas do governo. Por sua vez, a insatisfação popular ou cidadã reflete em uma avaliação negativa dessas mesmas medidas governamentais.

A relevância da satisfação da população está directamente relacionada à estabilidade política, à coesão social e à eficácia das políticas públicas. De facto, altos níveis de satisfação podem promover maior apoio ao governo, incentivar a participação cívica e reduzir a probabilidade de conflitos sociais (Mishler; Rose, 1997). Além disso, é importante destacar que “a confiança nas instituições sociais e políticas é vital para a consolidação da democracia” (Mishler; Rose, 1997, p. 418). Esse ponto de vista sugere que, para que os governos tenham sucesso em sua gestão e consigam consolidar uma democracia efectiva, é essencial implementar políticas robustas que promovam o bem-estar da população, levando em consideração as particularidades e condições específicas de cada país.

Diversos factores, como a qualidade dos serviços públicos, a transparência nas acções governamentais, a percepção de justiça social e o nível de corrupção, influenciam a satisfação dos cidadãos em relação à governança, sendo que a corrupção e a má governança se configuram como barreiras significativas para o desenvolvimento em Moçambique, contribuindo para a insatisfação social e a instabilidade política (Helliwell; Putnam, 2004; Bertelsmann Stiftung, 2020). Além disso, uma comunicação eficaz entre o governo e os cidadãos desempenha um papel crucial na formação dessas percepções.

À medida que Moçambique avança em sua trajectória democrática e económica é imperativo refletir sobre essas questões fundamentais. O progresso deve ser inclusivo, beneficiando todos os cidadãos e contribuindo para um futuro sustentável. Essa abordagem não apenas promoverá equidade social, mas também ajudará a minimizar conflitos internos e restaurar a confiança nas instituições governamentais, criando um ambiente propício ao desenvolvimento harmonioso e à coesão social.

Os desafios da política moçambicana incluem aspectos relacionados à governança local e à participação cidadã. Mussa (2016) ressalta que muitos cidadãos se sentem alienados do processo político, acreditando que suas vozes não são ouvidas nas decisões. Essa desconexão compromete não apenas a legitimidade das instituições políticas, mas também o desenvolvimento sustentável do país.

Portanto, é crucial abordar a alocação inadequada de recursos essenciais para garantir condições mínimas de vida da população. Assim, Moçambique deve continuar sua trajectória democrática e económica com um foco renovado na inclusão e na equidade social para evitar crises de governabilidade.

Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado desafios políticos significativos, incluindo tensões internas no partido FRELIMO e o ressurgimento de forças políticas opositoras² (Mosse, 2019; Miguel, 2024; Siteo, 2024). Essas forças se alimentam das frustrações geradas por conflitos internos e pela falta de inclusão social como refere Helliwell, Putnam (2004) sobre os factores que influenciam a satisfação dos cidadãos, atraindo um número crescente de apoiantes descontentes que clamam por mudanças na gestão governamental. Portanto, desde a independência, a educação tem avançado significativamente, com um aumento no acesso à educação básica e superior (UNESCO, 2020). A pedagogia crítica defendida por Paulo Freire (1970), que visa imponderar indivíduos através da educação transformadora, continua relevante nas discussões sobre desenvolvimento educacional em Moçambique. Além disso, programas voltados para a saúde pública têm contribuído para melhorias nos índices de saúde materno-infantil e na luta contra doenças endêmicas como o HIV/AIDS (Ministério da Saúde de Moçambique, 2019). Essas conquistas demonstram que é possível avançar em áreas sociais mesmo diante dos desafios políticos.

Samora Machel, primeiro presidente pós-independência de Moçambique e defensor dos direitos humanos e da justiça social, enfatizou frequentemente a necessidade de construir uma sociedade baseada na igualdade e na inclusão. Seu legado persiste nas lutas contemporâneas por justiça social no país (Macaringue, 2024).

Neste complexo cenário de desafios e conquistas ao longo dos 50 anos de independência, faz com que esta pesquisa analise as percepções dos cidadãos sobre as políticas implementadas pelo governo. Adotando uma abordagem quantitativa, fundamentada em questionários estruturados com uma escala de Likert, buscamos responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as percepções dos cidadãos moçambicanos acerca dos desafios e conquistas da política governamental em Moçambique durante os 50 anos de independência?

Assim sendo, ao se reflectir sobre os caminhos da política moçambicana nas últimas cinco décadas, é imperativo considerar tanto os desafios enfrentados, quanto as conquistas realizadas. Essa análise contribuirá para uma compreensão mais aprofundada da trajetória histórica do país e fornecerá

² Nas citações seguintes, apresentam-se alguns dos contextos que indicam uma crise interna dentro da própria FRELIMO, onde figuras proeminentes têm sido barradas em suas candidaturas e algumas delas têm deixado o partido devido ao descontentamento com suas práticas internas. Desses fragmentos, surgem novos partidos que buscam aproveitar a insatisfação e a fragmentação interna para se posicionar no cenário político. Vide as citações:

- [...] Este vai ser um processo difícil e que poderá agravar a crise que a Frelimo está a enfrentar neste momento, em que alguns dos seus principais quadros praticamente bateram com a porta, por não concordarem com algumas práticas do Partido, tal como se viu após as eleições autárquicas do ano passado [...] (Dias, 2024, apud Miguel, 2024).
- [...] Antônio Hama Thai se apresentou como um dos candidatos voluntários para suceder Filipe Nyusi na Ponta Vermelha, mas seu nome não foi incluído na proposta de pré-candidatos da Comissão Política e da Comissão Central. Em um episódio que evidenciou sua exclusão, Hama Thai foi impedido de entrar na Escola Central do partido por não constar na lista de convidados [...] (Siteo, 2024).
- [...] Samito (Samora Machel Jr.), filho de Josina e Samora Machel, é membro do comitê central da Frelimo e, ao se candidatar para ser o candidato da Frelimo nas eleições autárquicas de Maputo, obteve apoio significativo das bases do partido, da OJM e da OMM. No entanto, foi excluído da lista de concorrentes pelo comitê da cidade, que optou por Comiche e outros candidatos. Diante dessa exclusão, Samito decidiu se candidatar como cabeça-de-lista pela AJUDEM, uma nova associação de jovens da Frelimo. Contudo, sua lista foi rejeitada pela CNE, em uma decisão controversa que mais tarde foi sancionada pelo Tribunal Constitucional, que posteriormente declarou a norma utilizada como inconstitucional [...] (Mosse, 2019).

subsídios valiosos para futuras políticas públicas que visem promover uma democracia mais robusta e inclusiva.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e inferencial, que se revela essencial para a análise estatística rigorosa dos dados. Essa metodologia não apenas permite à descrição minuciosa das características de fenómenos ou populações, mas também favorecendo uma interpretação aprofundada das informações colectadas (Gil, 2008). Com base nessa abordagem, o objectivo foi quantificar variáveis relacionadas à trajetória política de Moçambique que impactam na satisfação dos cidadãos em relação a governança nos últimos 50 anos de governação.

A população-alvo da pesquisa é constituída por cidadãos moçambicanos com idade igual ou superior a 18 anos. Trabalhar com essa faixa etária é crucial, pois, à luz da Constituição da República de Moçambique e do artigo 10 da Lei n.º 7/2013, que aprova o Código Eleitoral esses cidadãos têm o direito legal de participar activamente na política, influenciando decisões e sendo impactados por políticas públicas. Como destaca Castells (1999), a participação activa dos indivíduos na esfera pública é um elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática, ressaltando a importância de incluir adultos na análise das transformações políticas de um país. Além disso, essa faixa etária pode responder legalmente por seus actos, tornando suas opiniões não apenas relevantes, mas fundamentais para um futuro político mais consciente e participativo, contribuindo com experiências e perspectivas valiosas que moldam o debate público e as políticas que afectam suas vidas e comunidades.

A amostra foi seleccionada mediante uma amostragem não probabilística por conveniência, onde os participantes foram recrutados com base em sua disponibilidade e acessibilidade. O intuito foi garantir a inclusão de uma diversidade de opiniões representativas das diferentes províncias do país, totalizando 82 respondentes.

Para a colecta de dados, foi utilizado um questionário³ estruturado com 10 perguntas, sendo 9 fechadas e 1 aberta, subdivididas em quatro partes.

A primeira parte consiste em uma pergunta fechada destinada a delimitar o grupo-alvo, condicionando o preenchimento do questionário à participação de cidadãos maiores de 18 anos. A segunda parte contém uma pergunta fechada voltada à obtenção da concordância dos participantes e à garantia da veracidade das informações prestadas. A terceira parte consistia em cinco perguntas fechadas, destinadas a explorar o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa.

A quarta parte, considerada mais importante, abrange três perguntas. A primeira pergunta fechada tem como objectivo captar a percepção geral dos cidadãos sobre o progresso político de Moçambique nos últimos 50 anos. A segunda pergunta consiste em 25 afirmações, que permitiram os participantes expressarem seu grau de concordância com cada uma delas. Para essa finalidade,

³ O questionário pode ser acessado através do link: <https://terabox.com/s/1gCJCdVRxf-28HLtoOK7pJg>. com o password: pnvk.

utilizou-se a escala de Likert⁴, amplamente adotada em pesquisas sociais para mensurar atitudes e opiniões. Essa escala foi estruturada com cinco níveis de resposta, codificados da seguinte forma: 1 – Concordo plenamente; 2 – Concordo; 3 - Neutro ou sem opinião; 4 – Discordo; e 5 – Discordo plenamente.

Por fim, a terceira pergunta foi aberta e destinada a explorar as opiniões dos cidadãos sobre as possíveis opções políticas que o governo moçambicano poderia adotar para enfrentar os desafios actuais do país.

A calibração do questionário foi realizada através de revisão por pares, um processo fundamental para assegurar a qualidade e rigor metodológico da pesquisa, permitindo identificar erros antes da colecta de dados (Hernandez et al., 2018). Neste contexto, o instrumento foi analisado por dois especialistas em estatística e dois especialistas em história e política. Suas contribuições resultaram em alterações significativas no questionário, garantindo que as perguntas e/ou afirmações fossem claras, relevantes e adequadas aos objectivos da pesquisa, além de assegurar a validade do conteúdo (Creswell, 2014).

O questionário foi administrado utilizando a plataforma Google Forms, facilitando o acesso e à participação dos respondentes. A colecta de dados ocorreu em nove dias, entre 29 de Novembro e 07 de Dezembro de 2024. Os participantes foram convidados a responder ao questionário através de redes sociais, grupos comunitários e instituições educacionais, assegurando ampla divulgação.

Os dados foram analisados utilizando as ferramentas do Excel e SPSS. As respostas dos participantes foram codificadas e submetidas a análises descritivas e inferenciais, que incluíram a apresentação de resumos estatísticos em frequências e percentagens, visando identificar padrões nas opiniões expressas. Os resultados significativos foram ilustrados por meio de gráficos e tabelas, facilitando a interpretação dos dados.

Adicionalmente, foi realizada uma análise factorial para investigar se as opiniões manifestadas pelos cidadãos apresentavam um poder explicativo homogêneo ou se havia a formação de grupos com opiniões significativamente convergentes, revelando factores explicativos com alto nível de similaridade. Com base nos factores identificados, foram conduzidos testes de hipótese do tipo t de student e qui-quadrado para determinar a direcção das opiniões expressas pelos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção, apresentaremos os resultados da pesquisa, fundamentados na análise e interpretação quantitativa dos dados colectados, destacando as principais tendências e implicações que emergem a partir desta investigação.

⁴ A escala de Likert é uma ferramenta valiosa para medir atitudes e opiniões, permitindo que os respondentes expressem seu grau de concordância em relação a afirmações específicas. Segundo Allen e Seaman (2007), a escala de Likert é um dos métodos mais utilizados para medir a percepção, pois oferece uma gama de opções que capturam a intensidade das opiniões dos participantes.

Perfil dos participantes da pesquisa

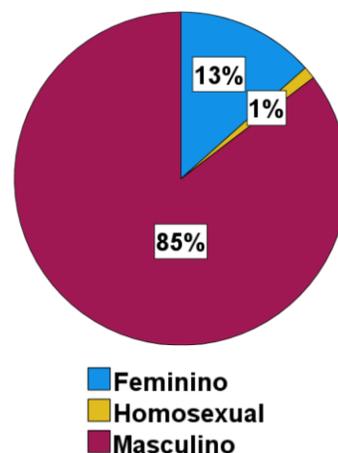
Participaram da pesquisa 82 cidadãos moçambicanos, com idades entre 19 e 49 anos, distribuídos por várias províncias, sendo Tete a mais representativa com 56% dos respondentes⁵. Quanto ao gênero, cerca de 85% dos participantes são do sexo masculino (Gráfico 1).

Tabela 1: Participantes da pesquisa por origem

Província	Nr de participantes	Porcentagem de participação
Cabo Delgado	1	1%
Gaza	1	1%
Inhambane	6	7%
Manica	5	6%
Maputo	3	4%
Maputo Cidade	5	6%
Nampula	4	5%
Sofala	2	2%
Tete	46	56%
Zambézia	9	11%
Total Geral	82	100%

Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 1: Distribuição de participantes por gênero



Fonte: dados da pesquisa

8

Os resultados ilustrados na Tabela 2 evidenciam que 44% dos respondentes possuem o nível de Licenciatura, 26% nível secundário do 2º ciclo (10ª a 12ª classe), e 24% o nível de Mestrado. Nesta mesma tabela, observa-se que a maior taxa de participação no estudo foi entre os cidadãos com emprego fixo no estado em 65% seguido daqueles sem emprego em 20%. É relevante destacar que, ao analisar a intersecção entre o nível académico e o estado de empregabilidade, constatou-se que a maior proporção de participação na pesquisa refere-se aos cidadãos com emprego no estado, sendo: 23% licenciados, 21% Mestrados e 17% com nível secundário do 2º ciclo (10ª a 12ª classe), enquanto entre os cidadãos desempregados, 13% são licenciados.

Tabela 2: participantes por nível académico vs estado de empregabilidade

Nível académico	Estado de empregabilidade								Total	Total
	Emprego fixo no estado		Emprego fixo no privado		Conta própria		Sem emprego			
Doutor	3	4%	1	1%	0	0%	0	0%	4	5%
Licenciada/o	19	23%	4	5%	2	2%	11	13%	36	44%
Mestre	17	21%	1	1%	0	0%	2	2%	20	24%
Nível secundário (7a a 9a classe)	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	1	1%
Nível secundário (10a a 12a classe)	14	17%	1	1%	3	4%	3	4%	21	26%
Total	53	65%	7	9%	6	7%	16	20%	82	100%

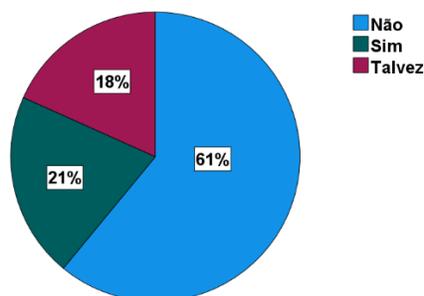
Fonte: dados da pesquisa

⁵ Acesso a base de dados: <https://terabox.com/s/1WrGn6nLiRONPmW29ADpT0A> (senha: dtg8).

Percepção geral cidadã sobre o progresso político moçambicano

Em relação à “percepção cidadã sobre o progresso político de Moçambique”, foi questionado aos inquiridos se acreditavam que o país havia alcançado progresso político significativo desde a independência em 1975. De acordo com o Gráfico 2, os resultados mostraram que 61% dos respondentes não acreditam que houve progresso, enquanto cerca de 21% afirmam que sim e 18% estão indecisos, indicando um desgaste na percepção da população.

Gráfico 2: Percepção geral cidadã sobre o progresso político de moçambique



Fonte: dados da pesquisa

Esses resultados evidenciam de certa forma um desgaste da população, “alimentada pela sensação de que os interesses dos cidadãos não estão sendo devidamente representados” (AFRIMAP; OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA, 2009).

Nesta análise, interessou-nos também compreender se existe alguma relação entre as respostas à questão anterior e os factores demográficos de “gênero, nível de escolaridade e o estado de empregabilidade”, visando compreender como esses aspectos influenciam a percepção cidadã sobre o progresso político em Moçambique. Para fundamentar essa análise, formulamos as seguintes hipóteses:

Hipótese nula: Não existe uma relação significativa entre as respostas referentes ao progresso político e os factores de gênero, nível de escolaridade e estado de empregabilidade dos cidadãos em Moçambique.

Hipótese alternativa: Existe uma relação significativa entre as respostas referentes ao progresso político e os factores de gênero, nível de escolaridade e estado de empregabilidade dos cidadãos em Moçambique.

Os resultados apresentados na Tabela 3, nas alíneas a), c) e e), indicam que, em todas as categorias dos factores “gênero, empregabilidade e nível acadêmico”, a maioria dos respondentes considera que “o país não alcançou progresso político significativo desde 1975”. Além disso, observamos uma distribuição semelhante nas opiniões dos cidadãos entre as diversas categorias de resposta, sugerindo que esses factores podem não exercer influência nas percepções dos cidadãos sobre o progresso político de Moçambique desde a independência.

Para confrontar essa suposição, foi realizado um teste de qui-quadrado. Com um nível de confiança de 95%, não rejeitamos a hipótese nula de que “não existe uma relação significativa entre as respostas sobre o progresso político e os factores de gênero, nível de escolaridade e estado de

empregabilidade dos cidadãos em Moçambique”, pois, os p-valores obtidos para cada factor foram: género = 0,821; estado de empregabilidade = 0,071; e nível académico = 0,531, todos superiores ao nível de significância ($\alpha = 0,05$), conforme ilustrado na Tabela 3, alíneas b), d) e f).

Esses resultados indicam que as opiniões gerais dos respondentes não estão relacionadas ao género, ao estado de empregabilidade ou ao nível académico. A análise revela que quase todos os respondentes compartilham uma perspectiva semelhante, predominantemente considerando que Moçambique não alcançou um progresso político significativo desde a independência em 1975, independentemente de qualquer que seja suas diferenças.

Tabela 3: Relação entre a percepção geral cidadã sobre o progresso político de moçambique e género, nível de escolaridade e estado de empregabilidade.

Progresso político desde a independência		a) Gênero							
		Feminino		Homossexual		Masculino		Total	
Não		7	9%	1	1%	42	51%	50	61%
Sim		3	4%	0	0%	14	17%	17	21%
Talvez		1	1%	0	0%	14	17%	15	18%
Total		11	13%	1	1%	70	85%	82	100%

Progresso político desde a independência		c) Estado de empregabilidade									
		Emprego fixo no estado		Emprego fixo no privado		Conta própria		Sem emprego			
Não		26	32%	5	6%	6	7%	13	16%	50	61%
Sim		14	17%	2	2%	0	0%	1	1%	17	21%
Talvez		13	16%	0	0%	0	0%	2	2%	15	18%
Total		53	65%	7	9%	6	7%	16	20%	82	100%

Progresso político desde a independência		e) Nível académico											
		Doutor/a		Licenciada/o		Mestre		Nível secundário do 1o ciclo (7a a 9a classe)		Nível secundário do 2o ciclo (10a a 12a classe)			
Não		1	1%	26	32%	10	12%	1	1%	12	15%	50	61%
Sim		2	2%	4	5%	6	7%	0	0%	5	6%	17	21%
Talvez		1	1%	6	7%	4	5%	0	0%	4	5%	15	18%
Total		4	5%	36	44%	20	24%	1	1%	21	26%	82	100%

b) Testes qui-quadrado			
			Significância Assintótica (Bilateral)
	Valor	df	
Qui-quadrado de Pearson	1,529 ^a	4	0,821
Razão de verossimilhança	1,972	4	0,741
N de Casos Válidos	82		

d) Testes qui-quadrado			
			Significância Assintótica (Bilateral)
	Valor	df	
Qui-quadrado de Pearson	11,631 ^a	6	0,071
Razão de verossimilhança	15,444	6	0,017
N de Casos Válidos	82		

f) Testes qui-quadrado			
			Significância Assintótica (Bilateral)
	Valor	df	
Qui-quadrado de Pearson	7,055 ^a	8	0,531
Razão de verossimilhança	7,377	8	0,497
N de Casos Válidos	82		

Fonte: dados da pesquisa.

Análise Descritiva da Percepção Cidadã em Relação aos Efeitos da Evolução da Política Moçambicana no Progresso do País

Antes de analisar os dados colectados, realizamos uma avaliação da confiabilidade das 25 afirmações codificadas de A a Y, conforme detalhado no APENDICE 1.

O objectivo foi garantir a consistência interna dos itens e verificar sua interligação e coerência. A análise resultou em um alpha de Cronbach de 0,967, indicando uma consistência interna quase perfeita. Esses resultados demonstram que as afirmações propostas são adequadas para medir o nível de concordância em relação à “percepção cidadã sobre os efeitos da evolução política moçambicana no progresso do país”.

A seguir, realizamos uma tabulação descritiva dos dados, resumindo a quantidade de respostas por categorias de concordância em relação às afirmações apresentadas aos respondentes. Os resultados, apresentados na coluna “moda” da Tabela 4, indicam que a maioria dos respondentes, com exceção da afirmação K, expressou discordância plena (CP) em relação às afirmações⁶ A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X e Y. Este resultado demonstra que se refuta a ideia geral de que “as políticas governamentais implementadas nos últimos 50 anos tiveram um efeito significativo no progresso do país e no bem-estar da população moçambicana”.

Observa-se que, em média, 52% dos respondentes DP de todas as afirmações. Além disso, o coeficiente de variação estimado em 16% reforça a ideia de que as opiniões expressas pelos respondentes são coesas e homogêneas, caracterizando uma unanimidade nas respostas fornecidas.

Ao combinar as opiniões nas categorias “DP e Discordo (D)”, observamos que a percentagem dos respondentes sob ainda mais, variando de 62% a 91%, resultando em uma média percentual de 80% de respondentes para cada afirmação e um coeficiente de variação de 9%. Esses dados reforçam ainda mais a noção de que existe uma percepção predominante entre os cidadãos sobre a ineficácia das políticas públicas implementadas ao longo das últimas cinco décadas em promover um desenvolvimento significativo e sustentável para Moçambique.

Em relação aos respondentes que concordaram (C) ou concordaram plenamente (CP) com as afirmações dadas, a coluna “minoridade” da Tabela 4 mostra que, em média, apenas 11% dos respondentes expressaram essa concordância. O coeficiente de variação estimado em 47% indica que essas opiniões são heterogêneas e não coesas, revelando a falta de unanimidade. Assim, embora existam algumas opiniões favoráveis, elas não têm um impacto significativo entre os que D ou DP, evidenciando a insatisfação dos cidadãos com a eficácia das políticas governamentais no desenvolvimento do país e no bem-estar da população moçambicana.

⁶ Resumidamente, estas afirmações dizem respeito a: A. Desenvolvimento sustentável; B. Educação de qualidade; C. Formação de cidadãos críticos; D. Desigualdades sociais; E. Redução do desemprego; F. Transparência institucional; G. Combate à corrupção; H. Participação cívica; I. Saúde pública; J. Investimento em saúde; K. Mudanças climáticas; L. Descentralização do poder; M. Investimento estrangeiro; N. Inclusão social; O. Redução da pobreza; P. Direitos humanos; Q. Diversidade de opiniões; R. Justiça eleitoral; S. Representação política; T. Compromisso com o desenvolvimento; U. Liberdade de expressão; V. Gestão sustentável; W. Desenvolvimento científico; X. Valorização das classes trabalhadoras; Y. Decisões fundamentadas em evidências.

Tabela 4: Tabulação das respostas referentes à percepção cidadã sobre os efeitos da evolução da política moçambicana no progresso do país, organizadas por afirmação e categorias de resposta.

Afirmações	Concordo (C)		Concordo plenamente (CP)		Discordo (D)		Discordo plenamente (DP)		Neutro ou sem nada a dizer (N)		Moda	D+DP	Minoria e C+CP		
A	7	9%	3	4%	28	34%	36	44%	8	10%	DP	44%	78%	C	13%
B	8	10%	5	6%	19	23%	43	52%	7	9%	DP	52%	75%	C	16%
C	8	10%	5	6%	19	23%	32	39%	18	22%	DP	39%	62%	C	16%
D	4	5%	6	7%	28	34%	41	50%	3	4%	DP	50%	84%	CP	12%
E	6	7%	5	6%	27	33%	36	44%	8	10%	DP	44%	77%	C	13%
F	2	2%	2	2%	26	32%	48	59%	4	5%	DP	59%	91%	C	4%
G	2	2%	2	2%	24	29%	50	61%	4	5%	DP	61%	90%	C	4%
H	7	9%	3	4%	20	24%	41	50%	11	13%	DP	50%	74%	C	13%
I	9	11%	7	9%	22	27%	33	40%	11	13%	DP	40%	67%	C	20%
J	8	10%	3	4%	21	26%	43	52%	7	9%	DP	52%	78%	C	14%
K	15	18%	2	2%	28	34%	24	29%	13	16%	D	34%	63%	C	20%
L	6	7%	3	4%	21	26%	45	55%	7	9%	DP	55%	81%	C	11%
M	4	5%	4	5%	26	32%	41	50%	7	9%	DP	50%	82%	C	10%
N	5	6%	3	4%	24	29%	45	55%	5	6%	DP	55%	84%	C	10%
O	1	1%	5	6%	27	33%	41	50%	8	10%	DP	50%	83%	CP	7%
P	2	2%	4	5%	25	30%	44	54%	7	9%	DP	54%	84%	CP	7%
Q	6	7%	3	4%	26	32%	44	54%	3	4%	DP	54%	86%	C	11%
R	2	2%	4	5%	17	21%	57	70%	2	2%	DP	70%	91%	CP	7%
S	8	10%	4	5%	25	30%	39	48%	6	7%	DP	48%	78%	C	15%
T	3	4%	6	7%	19	23%	49	60%	5	6%	DP	60%	83%	CP	11%
U	2	2%	5	6%	22	27%	45	55%	8	10%	DP	55%	82%	CP	8%
V	2	2%	2	2%	16	20%	56	68%	6	7%	DP	68%	88%	C	4%
W	10	12%	4	5%	21	26%	41	50%	6	7%	DP	50%	76%	C	17%
X	4	5%	2	2%	20	24%	50	61%	6	7%	DP	61%	85%	C	7%
Y	5	6%	3	4%	24	29%	40	49%	10	12%	DP	49%	78%	C	10%
Media	5	7%	4	5%	23	28%	43	52%	7	9%	DP	52%	80%	C	11%
SD	3,23	0,04	1,39	0,02	3,52	0,04	7,09	0,09	3,39	0,04		0,08	0,08		0,05
CV	59%	62%	36%	38%	15%	15%	17%	17%	47%	47%		16%	9%		40%

Fonte: dados da pesquisa

Análise factorial da Percepção Cidadã em Relação aos Efeitos da Evolução da Política Moçambicana no Progresso do País

Nesta análise, interessou-nos também compreender a correlação entre as 25 afirmações, com o objectivo de identificar aquelas que compartilham um poder explicativo similar e podem ser agrupadas em factores comuns. Para tal, realizamos uma análise factorial, cuja matriz de correlação revelou coeficientes variando de 0,251 a 0,854, um determinante positivo ($3,896 \times 10^{-12}$), p-valores associados às correlações variando de 0,0 a 0,011, inferiores ao nível de significância de 0,05.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 5, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) apresentou um índice de 0,879 que indica haver um ajuste da análise fatorial, ver a Tabela 1. Além disso, a estatística de Bartlett (1887,134) apresenta-se maior que o qui-quadrado calculado (347,185) para um nível de confiança de 95% e 300 graus de liberdade.

Portanto, estes resultados permitem-nos dizer que as afirmações e/ou variáveis dadas estão fortemente correlacionadas, satisfazendo as condições necessárias para a realização da análise fatorial.

Tabela 5: Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,879
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1887,134
	gl	300
	Sig.	,000

Fonte: dados da pesquisa

O processo de extração de factores por meio da análise de Componentes Principais revelou a extração de três factores, conforme indicado pelos auto valores superiores a um, que, juntos, explicam 67,8% da variância total (Tabela 6). O Gráfico 3 de sedimentação reforça essa conclusão, evidenciando um ponto de inflexão acentuado no quarto factor, com apenas três pontos acima desse ponto representando os factores identificados. A rotação varimax facilitou a visualização dos factores, agrupando as variáveis correlacionadas com poder explicativo ou tendência de respostas similar:

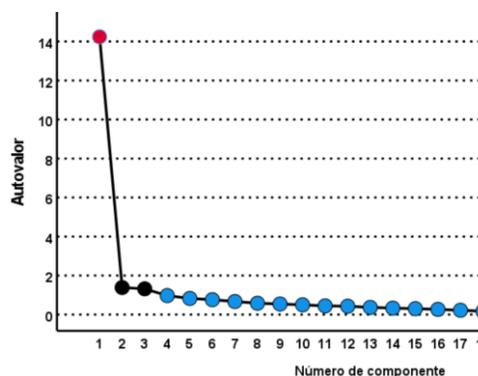
- Factor 1 (F1): F, G, H, N, P, Q, R, T, U, V, W, X, Y
- Factor 2 (F2): I, J, K, L, M, S
- Factor 3 (F3): A, B, C, D, E, O

Tabela 6: Variância total explicada – análise de Componente Principal

Componente	Auto valores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	14,243	56,973	56,973	14,243	56,973	56,973
2	1,386	5,546	62,519	1,386	5,546	62,519
3	1,319	5,277	67,795	1,319	5,277	67,795
4	0,972	3,887	71,682			
...
25	0,033	0,132	100			

Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 3: Gráfico de sedimentação



Fonte: dados da pesquisa

Análise da Significância da Percepção Cidadã em Relação aos Efeitos da Evolução da Política Moçambicana no Progresso do País

Com base nos factores determinados anteriormente e, que possuem um poder explicativo similar sobre as afirmações, nesta secção apresentamos uma análise da significância das tendências de

respostas relacionadas às afirmações e a relevância da influência das variáveis, “nível acadêmico”, “gênero” e “estado de empregabilidade” nas respostas dos cidadãos.

Para a análise inicial das tendências de respostas, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese nula: A média dos factores é igual a 3, indicando que as respostas tendem a ser neutras.

Hipótese alternativa: A média dos factores é maior que 3, sugerindo que as respostas tendem a discordar das afirmações.

Os resultados apresentados na tabela 7 indicam, com um nível de confiança de 95%, que o teste t unilateral para uma amostra resultou em um p-valor = 0,0 para todos os factores (F1, F2, F3) o que é inferior ao nível de significância de 0,05. Isso fornece evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula de que a média dos factores é igual a 3, ou seja, que as respostas tendem a ser neutras as afirmações. Assim, confirma-se a hipótese alternativa de que “os cidadãos tendem a discordar das afirmações analisadas”. Portanto, os resultados sugerem que as opiniões estão significativamente acima do ponto neutro (3), indicando um forte consenso em discordância com as afirmações apresentadas.

Tabela 7: Teste de significância para comparação de média em uma amostra.

	t	df	Sig.		Diferença média	95% Intervalo de Confiança da Diferença		Média
			Bilateral	Unilateral		Inferior	Superior	
Factor 1	13,711	81	,000	,000	1,354	1,16	1,55	4,35
Factor 2	12,419	81	,000	,000	1,220	1,02	1,41	4,22
Factor 3	11,844	81	,000	,000	1,183	,98	1,38	4,18

Fonte: dados da pesquisa.

Isso significa que os cidadãos têm uma forte tendência a discordar de que as políticas moçambicanas dos últimos 50 anos, relacionadas às questões de: A. Desenvolvimento sustentável; B. Educação de qualidade; C. Formação de cidadãos críticos; D. Desigualdades sociais; E. Redução do desemprego; F. Transparência institucional; G. Combate à corrupção; H. Participação cívica; I. Saúde pública; J. Investimento em saúde; K. Mudanças climáticas; L. Descentralização do poder; M. Investimento estrangeiro; N. Inclusão social; O. Redução da pobreza; P. Direitos humanos; Q. Diversidade de opiniões; R. Justiça eleitoral; S. Representação política; T. Compromisso com o desenvolvimento; U. Liberdade de expressão; V. Gestão sustentável; W. Desenvolvimento científico; X. Valorização das classes trabalhadoras; Y. Decisões fundamentadas baseadas em evidências, não atenderam significativamente às necessidades prementes de desenvolvimento do país e ao bem-estar da população moçambicana.

Estudo sobre como o gênero, o estado de empregabilidade e o nível de escolaridade influenciam a percepção sobre a política em Moçambique e seu impacto no progresso do país

Nesta secção analisamos a influência do gênero, nível de escolaridade e estado de empregabilidade na percepção sobre a política em Moçambique e seu impacto no progresso do país. Utilizando o teste de Qui-quadrado de Pearson com um nível de confiança de 95%, observou-se que os p-valores para as variáveis gênero (F1 = 0,875; F2 = 0,937; F3 = 0,824), nível acadêmico (F1 = 0,773; F2 = 0,652; F3 = 0,418) e estado de empregabilidade (F1 = 0,206), foram todos superiores ao nível de significância de 0,05. Estes resultados podem ser vistos no ANEXO 3.

Assim, com exceção dos resultados do estado de empregabilidade para F2 e F3, isso indica que não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, sugerindo que as percepções sobre as variáveis indicadas não estão significativamente associadas. Portanto, os resultados indicam que as opiniões dos cidadãos sobre a política moçambicana e seus efeitos no desenvolvimento do país e no bem-estar da população não são influenciadas por gênero, nível acadêmico ou, em parte, pelo estado de empregabilidade.

Os resultados do teste de Qui-quadrado para a variável estado de empregabilidade indicaram um p-valor de 0,013 para o Factor 2 (F2) e 0,045 para o Factor 3 (F3). Esses valores, ao nível de confiança de 95%, sugerem uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas. Portanto, estes resultados nos indicam que a variável estado de empregabilidade possui forte influencia na expressão opinativa dos cidadãos em relação a diversos factores, Fator 2 (F2) que abrange aspectos como saúde pública (I), investimento em saúde (J), mudanças climáticas (K), descentralização do poder (L), investimento estrangeiro (M) e representação política (S) e o Factor 3 (F3) que inclui temas como desenvolvimento sustentável (A), educação de qualidade (B), formação de cidadãos críticos (C), desigualdades sociais (D), redução do desemprego (E) e redução da pobreza (O).

Esses resultados corroboram a perspectiva apresentada por Verba e Karp (2016), que destacam o emprego como um dos principais determinantes da participação cívica e da formação de opinião. A experiência laboral influencia directamente na percepção dos indivíduos sobre a eficácia das políticas públicas, moldando suas opiniões sobre questões sociais relevantes. Além disso, a segurança no emprego parece criar um espaço propício para que os cidadãos se envolvam com preocupações mais amplas, como desigualdade social e saúde pública, conforme apontado por Inglehart e Norris (2016).

Por fim, as percepções dos cidadãos sobre políticas de investimento em saúde e educação revelam-se fortemente influenciadas pela experiência de emprego, refletindo suas prioridades e preocupações cotidianas, conforme discutido por Hout e Krueger (2018). Essa interconexão entre emprego e opinião pública ressalta a importância da análise do estado empregatício como um factor determinante nas atitudes sociais e políticas dos indivíduos.

Tabela 8: Teste Qui-quadrado para relação entre estado de empregabilidade e os factores F2 e F3

a)										b)				
Estado de empregabilidade										Testes qui-quadrado				
Factor 2	Sem emprego	Com emprego				Conta própria				Total	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)	
		no estado		fixo no privado										
CP	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%	Qui-quadrado de Pearson	25,502 ^a	12	0,013
C	1	1%	0	0%	2	2%	0	0%	3	4%	Razão de verossimilhança	19,414	12	0,079
N	5	6%	0	0%	5	6%	0	0%	10	12%	Associação Linear por Linear	2,262	1	0,133
D	2	2%	3	4%	24	29%	2	2%	31	38%	N de Casos Válidos	82		
DP	8	10%	2	2%	22	27%	5	6%	37	45%				
Total	16	20%	6	7%	53	65%	7	9%	82	100%				

Estado de empregabilidade										Testes qui-quadrado				
Factor 3	Sem emprego	Com emprego				Conta própria	Total				Significância Assintótica			
		no estado	fixo no privado								Valor	df	(Bilateral)	
CP	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%	Qui-quadrado de Pearson	21,373 ^a	12	0,045
C	2	2%	0	0%	2	2%	0	0%	4	5%	Razão de verossimilhança	14,021	12	0,299
N	4	5%	0	0%	4	5%	1	1%	9	11%	Associação Linear por Linear	4,599	1	0,032
D	5	6%	3	4%	23	28%	2	2%	33	40%	N de Casos Válidos	82		
DP	5	6%	2	2%	24	29%	4	5%	35	43%				
Total	16	20%	6	7%	53	65%	7	9%	82	100%				

Fonte: dados da pesquisa

Que aspectos podem ser levantados nas políticas governamentais moçambicanas para a superação dos desafios actuais?

Os resultados analisados nas secções anteriores evidenciam que a política governamental em Moçambique enfrenta diversos desafios que exigem uma abordagem abrangente e eficaz para sua superação. Isso é crucial para que os cidadãos possam se restabelecer, reconciliar-se com o governo e sentir-se socialmente e economicamente incluídos na gestão pública. Dentre os principais desafios, destacam-se a participação cidadã, a boa governança, a promoção do emprego e a equidade na distribuição de recursos, elementos essenciais para a construção de um ambiente político mais justo e transparente.

Um dos principais aspectos a serem levantados é a participação cidadã. É crucial que o governo ouça e incorpore as opiniões do povo nas decisões políticas. Como afirma Mário (2020), a democracia se fortalece quando os cidadãos são activamente envolvidos no processo de tomada de decisões. Essa ideia ressoa com o conceito de capital social de Bourdieu (1986), que enfatiza como as relações sociais e a participação activa podem influenciar positivamente as dinâmicas políticas.

A promoção de um ambiente democrático, onde a transparência no processo eleitoral é garantida, é essencial para restaurar a confiança da população nas instituições governamentais. Outro ponto importante é o investimento em educação, ciência e saúde pública. A boa governança deve priorizar esses sectores, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos de qualidade.

Conforme mencionado por Silva R. (2021), a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades sociais. Bourdieu (1986) também argumenta que o capital cultural adquirido através da educação é fundamental para mobilidade social e participação activa na vida pública. Investir na formação de jovens e na capacitação da mão de obra local não apenas gera emprego, mas também contribui para uma sociedade mais informada e crítica.

A reforma do aparelho do Estado é igualmente necessária. Uma revisão dos contractos com empresas públicas e privadas pode ajudar a eliminar conflitos de interesse e promover uma maior transparência nas operações governamentais. Segundo Gomes (2022), uma administração pública reformada é capaz de responder melhor às demandas da população e combater práticas corruptas. A separação entre o poder estatal e o político pode assegurar que as instituições operem com autonomia, permitindo um controle mais eficaz sobre os recursos públicos, alinhando-se à visão de Bourdieu (1994) sobre a importância das estruturas institucionais no fortalecimento do estado. Além disso, deve-se promover equidade na decisão e distribuição de recursos.

É fundamental que as políticas públicas atendam às necessidades das comunidades locais, especialmente nas províncias onde os recursos naturais são explorados. Isso pode incluir taxas reduzidas em serviços essenciais como água e energia para a população local, como sugerido por (Nascimento, 2023). O Governo deve facilitar a aproximação entre as empresas que actuam nessas províncias e as comunidades locais, promovendo uma cultura de diálogo mútuo. Isso permitirá que as empresas, com a anuência do Estado, mas sem sua influência distorcida, contribuam efectivamente para o desenvolvimento das sociedades em que operam, cumprindo adequadamente suas responsabilidades sociais.

A luta contra a corrupção também deve ser uma prioridade. Criar novas estratégias que incluam sanções rigorosas para líderes corruptos é essencial para restaurar a confiança nas instituições. A corrupção não apenas desvia recursos públicos, mas também perpetua ciclos de pobreza e desigualdade. Como ressalta Carvalho (2019), o combate à corrupção deve ser visto como parte integrante do fortalecimento da democracia. Quando a liderança se corrompe, a moral dos subordinados se deteriora, pois eles tendem a replicar os comportamentos dos superiores sob o pretexto de seguir “ordens superiores”, muitas vezes ilegítimas. Isso resulta no sofrimento do verdadeiro patrão, o povo, que acaba se subjugando à vontade de seus empregados, a elite governamental, propiciando a que ambientes de insatisfação com os governos possam se instaurar nas comunidades. O conceito de habitus de Bourdieu (1986) pode ajudar a entender como práticas corruptas se enraízam nas culturas políticas locais.

Como demonstrado ao longo das nossas análises, a questão do emprego possui forte impacto na satisfação dos cidadãos em relação as políticas governamentais diversas. Por isso, é fundamental garantir oportunidades de emprego para os jovens, que enfrentam barreiras significativas devido à falta de experiência, o enraizamento e legalização da corrupção nos processos de seleção para o emprego, entre outros aspectos. Programas que incentivem o empreendedorismo jovem podem ser um caminho eficaz para reduzir o desemprego e estimular o crescimento Económico local.

É fundamental que o governo evite políticas elitistas que criem um abismo entre a elite governamental e o povo, que deveria ser considerado seu verdadeiro patrão. Em vez de se tornar um nicho de predadores, o Estado deve esforçar-se para entender as necessidades da população e promover a inclusão. Como observa Piketty (2014), a desigualdade não é apenas uma questão económica, mas também uma questão de justiça social. Portanto, é essencial que as políticas públicas sejam orientadas para a construção de uma esfera sociopolítica e econômica sustentável, onde todos possam contribuir para o bem-estar do país.

Por fim, os desafios actuais da política governamental moçambicana podem ser superados por meio da promoção da participação cidadã, investimentos em educação e saúde, redução do fosso do desemprego, reformas administrativas profundas e um compromisso firme no combate à corrupção. Essas ações não apenas fortalecerão a democracia, mas também contribuirão para um futuro mais justo e próspero para todos os moçambicanos.

CONCLUSÕES

O artigo apresenta e discute os resultados de um estudo sobre “Caminhos da Política Moçambicana: Desafios e Conquistas em 50 Anos de Independência”. A pesquisa parte da premissa de que, embora Moçambique tenha alcançado avanços significativos nos 50 anos de independência, ao longo das

diferentes governações emergiu um “colonialismo interno”, onde o poder e os recursos ficaram concentrados nas elites governamentais. Isso subverteu a essência da luta pela independência, deixando o povo, considerado o verdadeiro “patrão” do estado moçambicano, em segundo plano. Diante das convulsões sociais provocadas por reivindicações relacionadas a problemas eleitorais e à insatisfação com a gestão governamental, este estudo buscou compreender a percepção cidadã sobre o progresso político de Moçambique no desenvolvimento e no bem-estar da população moçambicana.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi aplicado um questionário a cidadãos moçambicanos, composto por 25 perguntas codificadas de A a Y, com categorias de respostas na escala de Likert em cinco níveis, permitindo que os participantes expressassem sua percepção sobre as afirmações apresentadas. O questionário foi respondido por 82 cidadãos, abrangendo diversas províncias do país.

A questão fundamental que buscamos responder, com este estudo é: Quais são as percepções dos cidadãos moçambicanos acerca dos desafios e conquistas da política governamental em Moçambique durante os 50 anos de independência?

À luz das análises e interpretações feitas sobre os dados coletados, constatamos que há uma percepção generalizada entre os cidadãos moçambicanos de que, ao longo destes 50 anos de governação, Moçambique não alcançou um progresso político significativo. Embora o país tenha avançado em várias áreas, como a promoção da educação e a valorização da participação cidadã, ainda enfrenta obstáculos consideráveis que requerem atenção contínua e renovada. As elites governamentais parecem não ter dado a devida atenção a essas questões ao longo do tempo.

A análise dos dados sugere uma discordância generalizada em relação à efetividade das políticas moçambicanas nos últimos 50 anos, especialmente no que diz respeito ao "Desenvolvimento Sustentável; Educação de Qualidade; Formação de Cidadãos Críticos; Desigualdades Sociais; Redução do Desemprego; Transparência Institucional; Combate à Corrupção; Participação Cívica; Saúde Pública; Investimento em Saúde; Mudanças Climáticas; Descentralização do Poder; Investimento Estrangeiro; Inclusão Social; Redução da Pobreza; Direitos Humanos; Diversidade de Opiniões; Justiça Eleitoral; Representação Política; Compromisso com o Desenvolvimento; Liberdade de Expressão; Gestão Sustentável; Desenvolvimento Científico; Valorização das Classes Trabalhadoras; Decisões Fundamentadas em Evidências".

É importante ressaltar que a questão do emprego contribui significativamente para a insatisfação dos cidadãos em relação às políticas moçambicanas, as quais parecem não estar beneficiando o desenvolvimento sociopolítico e Económico do país. Essa insatisfação tem gerado uma onda de manifestações e reflete desafios estruturais que resultaram em uma insatisfação generalizada sobre a gestão governamental nos últimos anos, levando a convulsões sociais severas. Portanto, o governo deve buscar alternativas mais eficazes para garantir que os jovens, que constituem a maior parte da população moçambicana, tenham acesso a oportunidades de emprego adequadas.

Por fim, é crucial que o governo promova uma participação ativa dos cidadãos na política, criando um ambiente democrático onde as vozes da população sejam ouvidas e respeitadas. Isso não apenas fortalecerá a confiança nas instituições, mas também permitirá que as políticas públicas reflitam as reais necessidades das comunidades.

REFERÊNCIAS

- AFRIMAP; OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. **Moçambique - Democracia e Participação Política**. 2009. Disponível em: <https://energypedia.info/images/b/b9/PT-Mocambique - Democracia e Participacao Politica- Open Society Initiative for Southern Africa.pdf>. Acesso em: 05/12/2024.
- ALLEN, I. E.; SEAMAN, C. A. Likert scales and data analyses. **Quality Progress**, v. 40, n. 7, p. 64-65, 2007.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Desenvolvimento Mundial**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2020.
- BERTELSMANN STIFTUNG. **BTI 2020 | Mozambique Country Report**. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2020. Disponível em: https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2020_MOZ.pdf. Acesso em 05/12/2024.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 1994.
- BRITO, Luís de. **A FRELIMO, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/03/livro_LB.pdf. Acesso em: 28/12/2024.
- CABRAL, Amílcar. **A luta pela libertação nacional**. Lisboa: Edições Avante, 1973.
- CARVALHO, J. **Corrupção em Moçambique: desafios e soluções**. Editora Moçambique, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.
- ESPERIDIÃO, M.; TRAD, L. Avaliação de satisfação de usuários: considerações teórico-conceituais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1267-1276, 2006.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Paris: François Maspero, 1963.
- FINK, A. **How to conduct surveys: a step-by-step guide**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. **Reforma do Estado em Moçambique: caminhos para uma governança eficiente**. Revista Política & Sociedade, 2022.

HANLON, J. **Mozambique: Who calls the shots?** London: Zed Books, 2004.

HELLIWELL, John F.; PUTNAM, Robert D. The social context of well-being. In: KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Ed; SCHWARTZ, David. **Well-being: the foundations of hedonic psychology**. New York: Russell Sage Foundation, 2004. p. 435-457.

HERNANDEZ, M.; MARTINEZ, A.; RODRIGUEZ, J. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. New York: Academic Press, 2018.

HOUT, M.; KRUEGER, A. B. The impact of employment on political engagement. **American Economic Journal**, v. 10, n. 2, p. 1-25, 2018.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash. **Harvard Kennedy School Working Paper**, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Indicadores sociais**. Maputo: INE, 2021.

MACARINGUE, Fatima. Samora Moisés Machel: O líder revolucionário de Moçambique. **Explicador**, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://explicador.co.mz/posts/samora-moises-machel-o-lider-revolucionario-de-mocambique>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MACHEL, Samora Moisés. **Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder**. Edições **Afrontamento**. Coleção Estudos e Orientações, n. 6. Departamento de Informação e Propaganda, Maputo, 1979.

MACHEL, Samora Moisés. **Mensagem ao povo de Moçambique por ocasião da tomada de posse do governo de transição, 20 Setembro 1974**. Edições Afrontamento. Porto, 18 out. 1974.

MÁRIO, S. **Participação cidadã: o coração da democracia**. Jornal Diário de Moçambique, 2020.

MIGUEL, Ramos. Mergulhado numa crise interna, Partido Frelimo procura candidato presidencial. **Jornal de Notícias Voa**, janeiro 02, 2024. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mergulhado-numa-crise-interna-partido-frelimo-procura-candidato-presidencial/7421758.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DE MOÇAMBIQUE. **Relatório Anual de Actividades**. Maputo: Ministério da Saúde, 2019.

MINTER, William. **Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Mozambique and Angola**. London: Zed Books, 1994.

MINTER, William. **Moçambique: desafios socioEconómicos no século XXI**. Editora Universitária, 2013a.

MINTER, William. **The struggle for Mozambique: the role of the Frelimo party in the fight for independence**. New York: Monthly Review Press, 2013b.

MISHLER, W.; ROSE, R. Trust, distrust and skepticism: popular evaluations of civil and political institutions in post-communist societies. **Journal of Politics**, v. 59, n. 2, p. 418-451, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022381600053512>.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Boletim da República, 1. série, nº 51. 2004.

MOÇAMBIQUE. **Lei n.º 7/2013, de 22 de fevereiro de 2013**: estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente do Conselho Municipal e para a eleição dos membros da Assembleia Municipal ou da povoação e revoga a Lei n.º 18/2007, de 18 de julho, relativa à eleição dos órgãos das autarquias locais. Boletim da República, I série, nº 16, 22 de Fev. de 2013.

MONDLANE Eduardo Chivambo. **The struggle for Mozambique**. New York : Monthly Review Press ,1969.

MORRISON, A.; LANGA, J. Political violence and human rights in Mozambique. **African Studies Quarterly**, v. 18 n. 1 p. 15-32 ,2018.

MOSSE, Marcelo. A defesa de Samora Machel Júnior é explosiva. **Jornal Carta**, Maputo, 21 abr. 2019. Disponível em: https://www.cartamz.com/~cartamzc/index.php/crime/item/1662-a-defesa-de-samora-machel-junior-e-explosiva#google_vignette. Acesso em: 29 dez. 2024.

MUSSA R., Citizen participation and local governance in Mozambique. **Journal of African Political Economy**, v3 n2 p45-62 ,2016

NASCIMENTO, P. **Recursos naturais e desenvolvimento local em Moçambique**. Editora Universitária, 2023.

NYUSI, Presidente Filipe Jacinto. **O povo é o nosso e único patrão e a quem devemos os resultados da governação**. Facebook, 5 jan. 2025. Disponível em: https://web.facebook.com/photo?fbid=1518920475041412&set=a.1396997920567002&locale=pt_BR. Acesso em: 29 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde ,2021.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SILVA J., **Desigualdade e poder em Moçambique: uma análise crítica**. Editora Acadêmica ,2020.

SILVA, R. **Educação como ferramenta de desenvolvimento sustentável**. Revista Educação & Sociedade, 2021.

SILVA, Teresa Maria da Cruz. **Moçambique: um perfil**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, MacArthur Foundation; Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SITOE, Duarte. Hama Thai: um candidato assumido que foi barrado da reunião decisiva.. **Evidências**, Maputo, 5 maio 2024. Disponível em: [link]. Acesso em: 29 dez. 2024. Disponível em: <https://evidencias.co.mz/2024/05/05/hama-thai-um-candidato-assumido-que-foi-barrado-da-reuniao-decisiva/>. Acesso em: 29 de Dezembro de 2024.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Índice de percepção da corrupção**. Berlim : Transparency International ,2021.

UNESCO. **Education for All Global Monitoring Report**. Paris: UNESCO Publishing, 2020.

VERBA, T.; KARP, J. A. Economic context and political attitudes: the role of employment. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 26, n. 2, p. 143-166, 2016.

**APÊNDICE 1 : Percepção cidadã sobre os efeitos da evolução da política moçambicana
no progresso do país**

A	As políticas implementadas pelo governo nos últimos 50 anos promoveram um desenvolvimento econômico sustentável em Moçambique.
B	O acesso à educação de qualidade melhorou significativamente ao longo dos 50 anos de independência.
C	As políticas educacionais implementadas nos últimos 50 anos contribuíram para a formação de cidadãos activos e críticos, capacitados para atender às demandas do mercado nacional e internacional.
D	Desde a independência, as desigualdades sociais em Moçambique foram efetivamente reduzidas, em grande parte devido às políticas públicas implementadas pelo governo.
E	Nos últimos 50 anos, as políticas estabelecidas para a redução do desemprego tiveram efeitos superiores à média, resultando em uma taxa de desemprego significativamente menor.
F	Nos últimos anos, a transparência e a credibilidade das instituições públicas aumentaram, resultando em um crescimento da confiança nas instituições governamentais.
G	Os esforços do governo para combater a corrupção têm sido eficazes, resultando em uma diminuição significativa da taxa de corrupção nos últimos 50 anos.
H	A participação cívica da população nas decisões políticas tem aumentado desde a transição para a democracia, sendo incentivada e valorizada pelo governo, que considera essas contribuições em sua tomada de decisões.
I	Os programas de saúde pública implementados contribuíram para a melhoria da saúde da população moçambicana.
J	A política de saúde tem se concentrado no investimento no sector, em meios e materiais adequados, resultando em serviços de saúde dignos e sérios que respeitam os direitos de acesso e oferecem tratamentos médicos eficientes aos pacientes nos centros de saúde ao longo dos últimos 50 anos.
K	As questões ambientais, como as mudanças climáticas e desastres naturais, têm sido abordadas de forma adequada pelo governo.
L	A descentralização do poder tem fortalecido as autoridades locais e melhorado a governança nas comunidades.
M	O governo tem conseguido criar um ambiente favorável ao investimento estrangeiro ao longo dos anos, e a sociedade moçambicana tem se beneficiado significativamente desses investimentos.
N	O governo tem implementado políticas de inclusão social robustas, promovendo maior igualdade de oportunidades para todos os cidadãos moçambicanos.
O	A luta contra a pobreza tem sido uma prioridade nas agendas políticas dos últimos 50 anos, resultando em uma significativa redução da pobreza nas áreas rurais e urbanas, além de melhorar as condições de vida e o acesso a serviços essenciais.
P	Os direitos humanos têm sido respeitados e promovidos no contexto político moçambicano.
Q	A diversidade de opiniões é amplamente valorizada e incentivada nas políticas públicas, garantindo um ambiente onde as liberdades de pensamento são respeitadas. Isso resulta na ausência de perseguições políticas, promovendo um diálogo aberto e construtivo que enriquece a democracia e fortalece a participação cidadã.
R	A justiça eleitoral tem sido garantida em processos eleitorais, assegurando a legitimidade das eleições em Moçambique.
S	A representação política ao longo dos últimos 50 anos refletiu adequadamente a diversidade da sociedade moçambicana.
T	A liderança atual demonstra um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar do povo moçambicano, promovendo políticas que visam melhorar a qualidade de vida e garantir oportunidades para todos os cidadãos.
U	A liberdade de expressão é respeitada e promovida no contexto político moçambicano.
V	A gestão das riquezas naturais é feita de maneira sustentável, beneficiando todas as camadas sociais em Moçambique.
W	Nos últimos anos, o país tem priorizado políticas o investimento no desenvolvimento científico, promovendo a potencialização e a autonomia das universidades como centros de produção de conhecimento, de modo a torná-las competitivas em relação a instituições de outras partes do mundo, fortalecendo a pesquisa e a inovação locais, mas também contribuindo para o avanço socioeconômico e a inserção do país no cenário global.
X	As classes trabalhadoras, como professores, enfermeiros e policiais, são valorizadas e reconhecidas pelo seu papel na sociedade.
Y	As políticas governamentais e a tomada de decisões políticas são fundamentadas em evidências e dados científicos comprovados, refletindo o reconhecimento por parte de instituições sociais e científicas que apoiam esse processo decisório.

ANEXO 2: Matriz de extração de componentes factorias

a)				b)				c)				d)			
Matriz de componente ^a				Matriz de componente rotativa ^a				Matriz dos fatores ^a				Matriz dos fatores rotativa ^a			
	Componente				Componente				Fator				Fator		
	1	2	3		1	2	3		1	2	3		1	2	3
A	0,658	0,330	0,321	A	0,116	0,504	0,615	A	0,646	0,275	0,253	A	0,148	0,453	0,574
B	0,714	0,236	0,257	B	0,238	0,480	0,587	B	0,701	0,197	0,214	B	0,250	0,440	0,566
C	0,724	0,348	0,323	C	0,148	0,552	0,650	C	0,717	0,337	0,281	C	0,144	0,526	0,640
D	0,578	-0,163	0,494	D	0,299	0,019	0,718	D	0,563	-0,088	0,370	D	0,294	0,092	0,606
E	0,577	0,113	0,328	E	0,192	0,288	0,577	E	0,558	0,093	0,198	E	0,231	0,292	0,469
F	0,799	-0,232	0,061	F	0,662	0,221	0,457	F	0,790	-0,202	0,086	F	0,620	0,243	0,478
G	0,802	-0,218	0,190	G	0,605	0,192	0,569	G	0,794	-0,173	0,189	G	0,567	0,226	0,570
H	0,728	-0,033	0,064	H	0,490	0,339	0,425	H	0,712	-0,019	0,058	H	0,457	0,347	0,426
I	0,812	0,375	-0,091	I	0,355	0,753	0,339	I	0,811	0,373	-0,115	I	0,323	0,761	0,357
J	0,807	0,167	-0,115	J	0,490	0,595	0,314	J	0,799	0,152	-0,117	J	0,463	0,590	0,335
K	0,647	0,490	-0,194	K	0,211	0,789	0,168	K	0,636	0,392	-0,188	K	0,222	0,709	0,204
L	0,690	0,204	-0,311	L	0,465	0,626	0,086	L	0,677	0,134	-0,258	L	0,445	0,567	0,150
M	0,763	0,300	-0,191	M	0,407	0,701	0,227	M	0,754	0,248	-0,187	M	0,394	0,665	0,258
N	0,816	-0,123	-0,019	N	0,638	0,341	0,397	N	0,806	-0,103	0,001	N	0,595	0,359	0,421
O	0,674	-0,137	0,350	O	0,405	0,136	0,642	O	0,659	-0,066	0,276	O	0,376	0,197	0,578
P	0,822	-0,258	0,203	P	0,638	0,167	0,590	P	0,819	-0,219	0,240	P	0,595	0,185	0,623
Q	0,768	-0,111	0,058	Q	0,568	0,301	0,439	Q	0,755	-0,080	0,071	Q	0,521	0,320	0,455
R	0,816	-0,272	-0,203	R	0,802	0,284	0,238	R	0,813	-0,273	-0,170	R	0,774	0,304	0,270
S	0,811	0,106	-0,079	S	0,516	0,538	0,346	S	0,802	0,098	-0,072	S	0,484	0,534	0,371
T	0,804	-0,088	-0,177	T	0,670	0,413	0,256	T	0,795	-0,082	-0,147	T	0,627	0,426	0,292
U	0,822	-0,281	-0,109	U	0,775	0,249	0,322	U	0,817	-0,260	-0,073	U	0,734	0,277	0,355
V	0,839	-0,302	-0,126	V	0,806	0,248	0,315	V	0,837	-0,303	-0,097	V	0,784	0,266	0,342
W	0,718	0,032	-0,208	W	0,549	0,472	0,187	W	0,702	0,022	-0,155	W	0,500	0,457	0,243
X	0,766	-0,199	-0,305	X	0,763	0,348	0,125	X	0,758	-0,188	-0,250	X	0,710	0,369	0,178
Y	0,820	-0,049	-0,219	Y	0,673	0,466	0,228	Y	0,812	-0,039	-0,188	Y	0,625	0,484	0,269
Método de Extração: análise de Componente a. 3 componentes extraídos.				Método de Extração: análise de Componente a. Rotação convergida em 13 iterações.				Método de Extração: fatoração de Fixo a. 3 fatores extraídos. 6 iterações necessárias.				Método de Extração: fatoração de Fixo a. Rotação convergida em 15 iterações.			

ANEXO 3: Teste Qui-quadrado para relação das variáveis género, nível académico e estado de empregabilidade e os factores F1, F2 e F3

a)												
Nível académico												
Factor 1	Nível secundário do 1o ciclo		Nível secundário do 2o ciclo		Licenciado/a		Mestre		Doutor/a		Total	
	0	0%	0	0%	2	2%	0	0%	0	0%		
CP	0	0%	0	0%	2	2%	0	0%	0	0%	2	2%
C	0	0%	0	0%	2	2%	0	0%	0	0%	2	2%
N	0	0%	0	0%	3	4%	2	2%	0	0%	5	6%
D	0	0%	8	10%	12	15%	6	7%	3	4%	29	35%
DP	1	1%	13	16%	17	21%	12	15%	1	1%	44	54%
Total	1	1%	21	26%	36	44%	20	24%	4	5%	82	100%

b)			
Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	11,577 ^a	16	0,773
Razão de verossimilhança	14,514	16	0,560
Associação Linear por Linear	0,469	1	0,494
N de Casos Válidos	82		

c)												
Género												
Factor 1	Masculino		Feminino		Homossexual		Total					
	1	1%	1	1%	0	0%	2	2%				
CP	1	1%	1	1%	0	0%	2	2%				
C	2	2%	0	0%	0	0%	2	2%				
N	4	5%	1	1%	0	0%	5	6%				
D	25	30%	4	5%	0	0%	29	35%				
DP	38	46%	5	6%	1	1%	44	54%				
Total	70	85%	11	13%	1	1%	82	100%				

d)			
Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	3,798 ^a	8	0,875
Razão de verossimilhança	3,656	8	0,887
Associação Linear por Linear	0,247	1	0,619
N de Casos Válidos	82		

e)												
Estado de empregabilidade												
Factor 1	Sem emprego		Com emprego				Total					
			Com emprego no estado		Com emprego fixo no privado		Conta própria					
	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%				
CP	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%	2	2%		
C	1	1%	0	0%	1	1%	0	0%	2	2%		
N	3	4%	0	0%	2	2%	0	0%	5	6%		
D	3	4%	3	4%	19	23%	4	5%	29	35%		
DP	9	11%	2	2%	30	37%	3	4%	44	54%		
Total	16	20%	6	7%	53	65%	7	9%	82	100%		

f)			
Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	15,680 ^a	12	0,206
Razão de verossimilhança	12,946	12	0,373
Associação Linear por Linear	0,929	1	0,335
N de Casos Válidos	82		

g)												
Nível académico												
Factor 2	Nível secundário do 1o ciclo		Nível secundário do 2o ciclo		Licenciado/a		Mestre		Doutor/a		Total	
	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%		
CP	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
C	0	0%	0	0%	2	2%	1	1%	0	0%	3	4%
N	0	0%	0	0%	8	10%	2	2%	0	0%	10	12%
D	0	0%	11	13%	9	11%	9	11%	2	2%	31	38%
DP	1	1%	10	12%	16	20%	8	10%	2	2%	37	45%
Total	1	1%	21	26%	36	44%	20	24%	4	5%	82	100%

h)			
Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	13,288 ^a	16	0,652
Razão de verossimilhança	17,401	16	0,360
Associação Linear por Linear	0,541	1	0,462
N de Casos Válidos	82		

i)												

j)			

Gênero									Testes qui-quadrado			
Factor 2	Masculino		Feminino		Homossexual		Total			Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
CP	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%	Qui-quadrado de Pearson	2,952 ^a	8	0,937
C	2	2%	1	1%	0	0%	3	4%	Razão de verossimilhança	3,180	8	0,923
N	8	10%	2	2%	0	0%	10	12%	Associação Linear por Linear	0,071	1	0,790
D	27	33%	4	5%	0	0%	31	38%	N de Casos Válidos	82		
DP	32	39%	4	5%	1	1%	37	45%				
Total	70	85%	11	13%	1	1%	82	100%				

k)											Testes qui-quadrado					
Nível acadêmico											Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Factor 3	Nível secundário do 1o ciclo		Nível secundário do 2o ciclo		Licenciado/a		Mestre		Doutor/a		Total		Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)	
CP	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%	Qui-quadrado de Pearson	16,512 ^a	16	0,418
C	0	0%	0	0%	3	4%	1	1%	0	0%	4	5%	Razão de verossimilhança	20,143	16	0,214
N	0	0%	0	0%	8	10%	1	1%	0	0%	9	11%	Associação Linear por Linear	0,963	1	0,326
D	0	0%	10	12%	10	12%	10	12%	3	4%	33	40%	N de Casos Válidos	82		
DP	1	1%	11	13%	14	17%	8	10%	1	1%	35	43%				
Total	1	1%	21	26%	36	44%	20	24%	4	5%	82	100%				

m)									Testes qui-quadrado			
Gênero									Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)	
Factor 3	lino	100%	no	0%	ssexua	0%	100%		Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)	
CP	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%	Qui-quadrado de Pearson	4,351 ^a	8	0,824
C	4	5%	0	0%	0	0%	4	5%	Razão de verossimilhança	5,301	8	0,725
N	7	9%	2	2%	0	0%	9	11%	Associação Linear por Linear	0,179	1	0,672
D	26	32%	6	7%	1	1%	33	40%	N de Casos Válidos	82		
DP	32	39%	3	4%	0	0%	35	43%				
Total	70	85%	11	13%	1	1%	82	100%				

Fonte: dados da pesquisa